

CONTROLE SOCIAL E SEU IMPACTO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

LAURA GONÇALVES CARNIATO¹; LIANDA JAÍNE DA LUZ RODRIGUES²; MARI CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES³

¹*Universidade Federal de Pelotas – carniatolaura5@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – liandajlrodrigues@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – maricris.ff@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O Controle Social exerce um papel significativo na gestão pública. É através dele que se torna possível que cidadãos, organizações não governamentais, entre outros atores sociais possam intervir ativamente na fiscalização e avaliação de políticas públicas. “Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal” (Serafim, Teixeira, 2008, p.1). É de fundamental relevância que a participação cívica prevaleça tanto na vigilância quanto no desempenho de políticas públicas que já estão sendo colocadas em prática. “Desde os anos 70, os movimentos sociais que lutam pela democratização da sociedade brasileira buscam o direito de intervir nas políticas públicas através da criação de mecanismos de controle social” (Idem).

Neste sentido, a presente pesquisa se debruça sobre controle social como uma ferramenta na produção da cidadania, buscando compreender sua função ativa, dirigindo a atenção para identificação dos mecanismos de participação cidadã e seus impactos na melhoria da transparência, responsabilidade e desempenho das políticas públicas.

No âmbito deste texto, não nos deteremos na explicação sobre o ciclo de políticas públicas, uma vez que ultrapassa o objetivo deste estudo. Porém, cabe sinalizar que o monitoramento faz parte deste ciclo e deve ser levado em consideração desde a primeira etapa da elaboração das políticas públicas. Diante disso, a pergunta de pesquisa que orienta o trabalho é: Quais são os possíveis fatores e mecanismos que contribuem para a eficácia do controle social na execução e valorização nas políticas públicas?

Como o objetivo geral, busca-se descrever os possíveis fatores e mecanismos que contribuem para a eficácia do controle social na execução e valorização nas políticas públicas. Os objetivos específicos deste estudo são descrever tipos de controle que são exercidos na sociedade e citar a importância da participação cidadã na gestão pública. A pesquisa apresentada se mostra relevante para ao campo, pois analisará e apontará a relevância do controle social como mecanismo para integrar cidadãos na tomada de decisões governamentais, promovendo a transparência e fortalecendo a democracia.

2. METODOLOGIA

O presente estudo tem como abordagem de pesquisa o modelo qualitativo descritivo que busca descrever os possíveis fatores e mecanismos que contribuem para a eficácia do controle social na execução e valorização nas políticas públicas. Para a realização desta pesquisa, foi tido como instrumento de coleta de dados a

pesquisa bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (1992), tem como característica o estudo de bibliografias já publicadas, podendo ser em forma de livros, revistas, artigos, entre outros. Através da análise bibliográfica, pretendeu-se identificar os principais conceitos e mecanismos de controle social, além de assimilar sua essencialidade para a gestão pública.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas são elaboradas e desenvolvidas com o objetivo de resolver um problema e proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população. Em termos de planejamento, o controle social e as políticas públicas estão intrinsecamente vinculados na gestão pública, refletindo a relevância da participação cidadã na avaliação de decisões administrativas e também assegurando que as políticas públicas atendam efetivamente às demandas da sociedade.

Para assegurar a implementação do monitoramento no setor público, são estabelecidos dois tipos de mecanismos de controle. De acordo com o que aponta (Rogério Arantes, et al., 2010), para o monitoramento e fiscalização do setor público acontecer de forma democrática, existem dois mecanismos, são eles, o controle vertical e o controle horizontal, sendo mecanismos diferentes, além da forma de execução também ser diferente. Segundo (Rogério Arantes et al., 2010), o controle horizontal é realizado pelas instituições (Poder Legislativo, Executivo e Judiciário), se efetivando a partir da fiscalização mútua entre os poderes, além de agências governamentais que possuem autonomia de fiscalizar o setor público. Essas instituições também são responsáveis pela fiscalização das contas públicas e pela implantação e desenvolvimento de políticas públicas, controlando as ações dos gestores e do governo.

Diferente do controle horizontal que é exercido pelas instituições, conforme afirma (Rogério Arantes et al., 2010), no controle vertical são os cidadãos que fiscalizam e monitoram o governo, exercendo seus direitos, participando das decisões do setor público e praticando o controle social da forma correta, esse controle pode ser desempenhado em audiências públicas, auditorias, congresso de políticas públicas, entre outros meios.

Uma maneira de tornar eficaz o controle social na fiscalização das políticas públicas na sociedade é a população se manter informada no desenvolvimento das ações do governo perante questões sociais, verificando se essas ações estão sendo desempenhadas de forma correta, atendendo todos os âmbitos e necessidades previstas desde seu planejamento até sua aprovação. Nesse sentido, “Uma sociedade mais democrática, mais consciente, com instrumentos de maior participação, é uma sociedade em que a política pública conterá de maneira mais fiel a força decisória da sociedade” (Derani, 2006, p.22).

Manter a fiscalização nos gastos do setor público também é importante para as políticas públicas, para analisar o destino do dinheiro público podendo evitar fraudes e corrupção, diante disso, é possível observar a importância e necessidade do controle social feito da forma correta, pois além dessa fiscalização, fortalece a cultura participativa na gestão governamental.

4. CONCLUSÕES

A presente pesquisa analisou os possíveis fatores e mecanismos que contribuem para a eficácia do controle social na execução e valoração nas políticas públicas, identificando instrumentos como audiências públicas, auditorias e congressos de políticas públicas, além de tratar sobre a importância da participação cívica, tendo em vista a importância do controle social realizado de modo efetivo. Compreendemos que é crucial que esses mecanismos sejam constantemente otimizados para salvaguardar sua eficácia. Desse modo, sugere-se que aprofundar os conhecimentos diante dos mecanismos que contribuem para a efetividade do controle social e identificar diversos meios que estão sendo adotados em outros lugares, são opções viáveis para uma continuação deste estudo. A obtenção de referências teóricas e artigos essenciais para esta análise se apresentou acessível devido a relevância e ampla discussão do tema em questão que diz respeito ao controle social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SERAFIM, Lizandra; TEIXEIRA, Ana Claudia. **Controle social das políticas públicas**. 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 4.

DERANI, Cristiane. Política pública e a norma política. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, p. 131-142, 2006.

ARANTES, Rogério Bastos; LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia. **Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público**. In: Loureiro, Maria Rita; Abrucio, Fernando Luiz; Pacheco, Regina Silvia (Org). Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI, 2010.